

Maria de Fátima Silva

Coordenação



topias
& Distopias

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
Tipografia Lousanense, Lda.

EXECUÇÃO GRÁFICA
Tipografia Lousanense, Lda.

ISBN
978-989-8074-74-4

DEPÓSITO LEGAL
289002/09

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Maria de Fátima Silva
Coordenação

*U*topias
& Distopias

UTOPIA E DISTOPIA NO IMAGINÁRIO HOMÉRICO

Ao iniciar uma reflexão subordinada ao tema da “utopia” e da “distopia” no imaginário homérico, parece-me imprescindível sublinhar à partida a feição anacrónica de que se reveste a utilização destes termos no respeitante à *Iliada* e à *Odisseia*. No entanto, o anacronismo não tem inibido classicistas de diferentes gerações de empregarem pelo menos um destes termos, como se de evidência se tratasse, a um episódio específico da *Odisseia*. Refiro-me, em concreto, ao termo “utopia” aplicado à sociedade dos Feaces, que se tornou usual nos Estudos Clássicos ao longo do século XX. Por exemplo em 1919, num interessante artigo sobre a Esquéria da *Odisseia*, A. Shewan recorre ao termo “utopia” num contexto que não pode deixar de encantar o leitor português, dado que a analogia estabelecida pelo helenista britânico é a Ilha dos Amores de Camões. As palavras exactas são “*Utopia as unreal as Camoens’ Isle of Loves*”¹.

Se a Esquéria do rei Alcínoo é o lugar homérico para a descrição do qual se convoca com mais frequência o termo “utopia”, outros lugares há na epopeia homérica que os helenistas não hesitaram em considerar utópicos. Em 1925, Ernst Riess elaborou uma lista de lugares utópicos na *Iliada* e na *Odisseia*, lista essa que propõe quatro utopias na *Odisseia* (Esquéria, ilha dos Ciclopes, Ortígia e o próprio Olimpo) e apenas uma localização utópica na *Iliada*: a Etiópia². A problemática extravasou do campo da Filologia Clássica para o da Filosofia nos anos 40, num ensaio fascinante de Theodor Adorno que, no que diz respeito aos Ciclopes e às Sereias, foi depois objecto de revisitações estimulantes sob o signo do pós-colonialismo, com Derrida à mistura³. Por conseguinte, penso que podemos avançar já duas ideias complementares: em primeiro lugar, a ideia de que não é inteiramente artificial vermos na temática da utopia aplicada à epopeia homérica um interessante filão de análise; em segundo lugar, que as vantagens susceptíveis de serem hauridas com base neste

¹ A. Shewan, “The Scheria of the *Odyssey*”, *Classical Quarterly* 13 (1919), pp. 4-11. A expressão citada encontra-se na p. 7.

² E. Riess, “Studies in Superstition and Folklore. VII. Homer”, *American Journal of Philology* 46 (1925), p. 242.

³ O ensaio chama-se *Odysseus oder Mythos und Aufklärung* e está publicado em Max Horkheimer & Theodor W. Adorno, *Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente*, Frankfurt am Main, 2006 (16ª edição), pp. 50-87.

tipo de abordagem compensam o mal-estar que, a meu ver, deve andar sempre associado ao processo de se aplicar a uma obra da literatura grega conceitos que lhe são estranhos.

Assim sendo, voltemos à já referida lista de Ernst Riess, agora para lhe surpreendermos alguns pontos controversos. Parece claro, antes de mais, que só muito dificilmente podemos admitir a inclusão, na mesma categoria, de realidades ficcionais tão diferentes como a terra dos Feaces, a terra dos Ciclopes e o Olimpo, morada dos deuses. Isto obriga-nos a sermos mais explícitos em relação àquilo que, no contexto da poesia homérica, queremos entender por “utopia” e, para atingirmos essa explicitude, talvez tenhamos em primeiro lugar de acertar quais são as acepções possíveis da palavra “utopia”.

Começo pela acepção etimológica, que pesou certamente no pensamento de Tomás Moro quando inventou tão espirituoso neologismo: “utopia” na acepção de “nenhures”. A negação οὐ seguida do substantivo τόπος. O lugar por definição não-existente, desde os Campos Elísios de Homero (em rigor, “planície elísia”: Ἠλύσιον πεδίου, *Od.* IV. 563) e da Nefelocuculândia de Aristófanes até à já mencionada Ilha dos Amores de Camões. O facto de a estes não-lugares estar muitas vezes associada a ideia de sítio ideal e paradisíaco influi na forma como, habitualmente, se entende a palavra “utopia”. Utopia, portanto, como *locus amoenus*. Ou como sociedade ideal, de que todas as injustiças deste nosso mundo ficam milagrosamente arredadas. Ambas as acepções – lugar idílico, sociedade ideal – estão por vezes implícitas noutro termo, aparentado com “utopia”: “eutopia”. Eutopia essa que admite um contrário. E assim, dando um passo de gigante no tempo, chegamos ao antónimo de “utopia”: “distopia”, entendida como *locus horrendus*, como espaço disfórico. Tanto quanto pude averiguar, o termo “distopia” não será anterior a 1952, ano em que, a darmos crédito a Steven Hutchinson⁴, foi cunhado pelos americanos Glenn Negley e J. Max Patrick no livro *The Quest for Utopia: An Anthology of Imaginary Societies* (publicado em Nova Iorque). Chamo a atenção para as “sociedades imaginárias” no subtítulo desta obra e para a concepção de utopia que lhes subjaz.

Ora o helenista que queira socorrer-se desta terminologia para uma leitura coerente da epopeia homérica depara-se à partida com o problema de a própria palavra τόπος se afigurar um grotesco anacronismo no universo linguístico de Homero. É que τόπος surge pela primeira vez em Êsquilo: é retintamente uma palavra do universo conceptual ático, sem “lugar” na poesia grega arcaica. No entanto, não é estranha à formação morfológica da palavra “utopia” uma pequena sugestão de genealogia homérica. E aqui somos de imediato transportados para a terra dos Ciclopes, uma das utopias reconhecidas da *Odisséia*, mais concretamente para o momento em que Polifemo pede a Ulisses que lhe revele o nome e este responde Οὐτιδ. Ninguém. Não é impossível pensarmos que terá sido a formação desta palavra grega que significa “ninguém” a sugerir, muitos séculos mais tarde, em moldes idênticos, a formação da palavra latina de raiz helénica com o sentido de “nenhures”. Assim sendo, dir-se-ia que a formação morfológico-semântica da palavra redime, na sua aplicação a Homero, o

⁴ S. Hutchinson, “Mapping Utopias”, *Modern Philology* 85 (1987), pp. 170-185. A informação sobre o neologismo “distopia” está na nota 4 da p. 170.

pecado lexical. E, reconfortados com esta absolvição, podemos então debruçarmo-nos agora, de consciência tranquila, sobre possíveis campos de aplicação do binómio utopia/distopia na poesia homérica.

Começando pela *Odisseia*, que é das duas epopeias o poema mais referido na bibliografia homérica a propósito de utopias, penso que podemos tomar como dado adquirido que o episódio dos Feaces é onde encontramos o exemplo mais convincente de utopia em Homero. Até já foi notado que, na “Phaeacian utopia”, as escravas são ἀμφίπολοι e não δμωαί, como em Ítaca⁵. A Esquéria onde Ulisses vai ter no final das suas errâncias é utópica tanto na sua feição de sociedade idealizada como é utópica no tocante à amenidade do clima e da natureza em geral. O pacifismo dos Feaces; o facto de Alcínoo ser *primus inter pares*, um rei entre vários, sem excepcional prerrogativa de realeza; a consideração mostrada às mulheres; a hospitalidade generosa; a boa poesia que lá se cultiva (refiro-me a Demódoco e aos seu canto sobre Ares e Afrodite); a perícia dos jovens tanto na navegação como na dança; os toques daquilo a que hoje chamaríamos “ficção científica”, como os cães metálicos fabricados por esse demiurgo da cibernética que é o deus Hefesto (*Od.* VII. 91-94) ou as naus que navegam “ocultadas por nuvens e nevoeiro” (VIII. 562), naus essas que conseguem discernir o percurso por si sós. Cito agora as palavras do rei Alcínoo: “É que os Feaces não têm timoneiros, nem têm lemes, / como é hábito entre as naus dos outros; mas as próprias naus / compreendem os pensamentos e os espíritos dos homens, / e conhecem as cidades e férteis campos de todos, / atravessando o abismo do mar rapidamente...” (VIII. 557-561). Por outro lado, a aceção de utopia enquanto *locus amoenus* está igualmente presente na Esquéria dos Feaces, mormente na descrição do jardim de Alcínoo. Cito novamente: “Nele crescem altas árvores, muito frondosas, / pereiras, romázeiras e macieiras de frutos brilhantes; / figueiras que davam figos doces e viçosas oliveiras. / Destas árvores não murcha o fruto, nem deixa de crescer / no Inverno nem no Verão, mas dura todo o ano. / Continuamente o Zéfiro faz crescer uns, amadurecendo outros. / A pêra amadurece sobre outra pêra; a maçã sobre outra maçã; / cacho de uvas sobre outro cacho; figo sobre figo” (VII. 114-121). Esta última característica de Esquéria, descrevendo uma agricultura que a agronomia científica desconhece, aponta também no sentido etimológico de utopia: nenhures. Pois da Esquéria de Homero podemos dizer o mesmo que Francisco de Quevedo disse, no século XVII, da Utopia de Tomás Moro, no prefácio à primeira tradução espanhola⁶: *no hay tal lugar*.

Este aspecto de lugar imaginário será ainda mais forte no caso da terra dos Ciclopes, pelo simples facto de, fisionomicamente, os Ciclopes não corresponderem a padrões físicos conhecidos. O mesmo diríamos, de resto, dos igualmente gigantescos e igualmente antropófagos Lestrígones, em cujo país se verificam fenómenos estranhos na sucessão dos dias e das noites que nenhum comentador conseguiu ainda explicar definitivamente: “Navegámos durante seis dias, de dia e de noite, / e no

⁵ Nomeadamente por J. B. Hainsworth, na recensão que escreveu ao livro de Gerhard Ramming, *Die Dienerschaft in der Odyssee* (Erlangen, 1973), na revista *Classical Review* 26 (1976), p. 262.

⁶ Francisco de Quevedo, *Obras Completas: Obras em prosa*, ed. Luis Astrana Marín, Madrid, 1932. vol.I, pp. 1330-1331.

sétimo chegámos à alta cidadela de Lamo, / a Telépilo dos Lestrígonos, onde um pastor chama / outro ao recolher do gado, e este responde-lhe à saída. / Aí um homem que não dormisse ganharia dois salários: / um deles apascentando bois; o outro, brancas ovelhas. / Pois perto são os caminhos do dia e da noite” (X. 80-86). Embora se tenham tentado identificações deste local compatíveis com a Escandinávia e suas noites brancas, o comentário mais autorizado à *Odisseia* aceita apenas que “estes versos transmitem a sensação da estranheza topográfica de uma terra lendária no extremo oriente”⁷. Logo, a alta cidadela de Lamo e terrenos circundantes é apenas um nome para “nenhures”. É utopia.

Voltando aos Ciclopes, parece claro que a acepção em que temos de entender “utopia” neste episódio *Grand Guignol* não deverá passar pela projecção de um *locus amoenus* paradisíaco, ao contrário da terra dos Feaces ou da Planície Elísia. Pesno que aqui é de darmos crédito à interpretação de R. Mondi e à expressão por ele aplicada aos Ciclopes de “*pre-civilization utopia*”⁸. É a falta de estruturação política desta sociedade que faz dela uma utopia. Nas palavras do próprio Ulisses, “chegámos à terra dos Ciclopes arrogantes e sem lei / que, confiando nos deuses imortais, nada semeiam / com as mãos nem aram a terra; mas tudo cresce / e dá fruto sem se arar ou plantar o solo: / trigo, cevada e as vinhas que dão o vinho a partir / dos grandes cachos que a chuva de Zeus faz crescer. / Para eles não há assembleias deliberativas nem leis; / mas vivem nos píncaros das altas montanhas / em grutas escavadas, e cada um dá as leis à mulher / e aos filhos. Ignoram-se uns aos outros” (*Od.* IX 106-115).

Esta última afirmação acaba por ser “desmentida” pelo próprio texto, para utilizarmos o termo escolhido por Adorno no seu já aludido ensaio sobre a *Odisseia* (p. 72). Na verdade, os Ciclopes não se ignoram de forma assim tão absoluta; aquilo a que poderíamos chamar a “legalidade” social não se encontra totalmente arredada desta sociedade. Mas é interessante levarmos um passo mais longe a interpretação que Adorno propõe para uma expressão que ocorre no v. 428 do Canto IX, em que Polifemo é descrito como sendo πέλωρ ἀθεμίστια εἰδῶδ, literalmente “monstro conhecedor de ilegalidades”, embora uma tradução menos colada às palavras gregas exigisse “monstro desconhecedor da legalidade”. Cito agora Adorno: “quando Homero chama ao Ciclope ‘monstro conhecedor de ilegalidades’, não significa isto apenas que ele não respeita no seu pensamento as leis sociais, mas que o seu pensamento é ele próprio destituído de lei, é asistemático e rapsódico...” (pp. 72-73). Ora a expressão ἀθεμίστια parece configurar, pelo prefixo negativo, um conceito que o aparenta com “utopia”. Dir-se-ia, por conseguinte, que Adorno está a um passo de transferir para os processos mentais do Ciclope a ideia de utopia, como se pudéssemos falar de processos mentais “utópicos”. Parece ser de resto nesta senda que, num estimulante artigo que reúne Adorno, Derrida e a *Odisseia*, Michael Clark leu o texto de Adorno, ao falar da “*dialectic of utopia*” com referência aos Ciclopes⁹.

⁷ A. Heubeck & A. Hoekstra, *A Commentary on Homer's Odyssey*, vol. II, Oxford, 1989, p. 48.

⁸ R. Mondi. “The Homeric Cyclopes: Folktale, Tradition and Theme”, *Transactions of the American Philological Society* 113 (1983), pp. 17-38. A expressão citada encontra-se na p. 25.

⁹ Cf. Michael Clark, “Adorno, Derrida and the *Odyssey*: a Critique of Centre and Periphery”, *Boundary 2*. vol. 16, n.º 2/3 (Winter 1989), pp. 109-128. A expressão citada encontra-se na p. 119.

Gostaria ainda de voltar à lista das utopias homéricas proposta por Ernst Riess, para reflectir um pouco sobre o Olimpo enquanto utopia que se afigura simultaneamente eutopia. O *locus classicus* para este conceito surge no Canto VI da *Odisseia*, nos versos que passo a citar: “Assim falando, partiu Atena, a deusa de olhos garços, / em direcção ao Olimpo, onde dizem ficar a morada eterna / dos deuses: não é abalada pelos ventos, nem molhada / pela chuva, nem sobre ela cai a neve. Mas o ar estende-se / límpido, sem nuvens; por cima paira uma luminosa brancura. / Aí se comprazem os deuses bem-aventurados, dia após dia” (*Od.* VI, 41-46). Esta visão utópica, no sentido de “idealizada”, tem repercussões sugestivas quando transposta para o terreno da *Iliada*. Na verdade, o acepção mais sustentável em que podemos falar de utopia e distopia na *Iliada* será talvez esta: vemos o binómio utopia/distopia como desempenhando uma função estruturante no poema, num jogo de alternância em que a planície troiana, onde se desenrolam as batalhas descritas, será o lugar distópico em contraste permanente com o lugar utópico que é o Olimpo. Quanto à descrição do escudo de Aquiles no Canto XVIII, parece-me ter razão a recusa de Oliver Taplin em ver aqui uma utopia. Tratar-se-á, antes, de um microcosmo¹⁰.

Para finalizar esta reflexão sobre utopia e distopia no imaginário homérico, gostaria de voltar à expressão já citada de Francisco de Quevedo na sua compreensão da palavra utopia: *no hay tal lugar*. Aqui levanta-se uma pergunta interessante: Ítaca representará um “mundo real”? Não me refiro em concreto ao problema da sociedade que nos é descrita e à dificuldade em datar historicamente essa sociedade. Pergunto apenas se Ítaca não será outra utopia, no sentido mais literal da palavra: um sítio que não existe. Isto porque é dado adquirido na bibliografia homérica desde há muito que a geografia da ilha de Ulisses no poema não corresponde à Ítaca que figura no mapa da Grécia moderna. A solução mais ou menos consensual para este problema, até há bem pouco tempo, era que, contrariamente ao poeta da *Iliada*, que dá mostras de conhecer a zona da Tróade onde se situa a *Iliada*, o poeta da *Odisseia* refere-se a Ítaca como local imaginário por nunca lá ter ido. Mas nos estudos homéricos não há dogma que permaneça válido por muito tempo. Recentemente, assistimos às acesas controvérsias suscitadas pela publicação do livro *Odysseus Unbound* de Robert Bittlestone, James Diggle e John Underhill, onde se propõe que o poeta da *Odisseia* não estava a descrever uma ilha imaginária, mas sim parte da actual ilha de Cefalénia, especificamente a sua península mais ocidental, que, em tempos micénicos, seria uma ilha separada, com o nome de Ítaca. O debate continua, à medida que avançam as escavações arqueológicas, agora mais picante, desde segunda-feira desta semana, com a publicação na Alemanha de um livro sobre a *Iliada* que promete causar furor equivalente. Trata-se do livro *Homers Heimat*, de Raoul Schrott, onde se propõe que a Tróia de Homero é também uma espécie de nenhures, dado que, segundo a tese do autor, a paisagem geográfica descrita pelo poeta se situa de facto na Cilícia, e não na Tróade. A Tróia cuja descrição lemos na *Iliada* seria uma cidade inteiramente imaginária. A publicidade que acompanha o livro fala da mais sensacional descoberta nos Estudos Clássicos em 2500 anos. Resta saber se tal ideia não se tratará, à sua maneira, de mais uma utopia.

¹⁰ “The shield is a microcosm, not a utopia”: O. Taplin, “The Shield of Achilles within the *Iliad*” in D. Cairns (ed.), *Oxford Readings in Homer’s Iliad*, Oxford, 2001, p. 357.

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2009

